ISSN: 2358-8829

A CULTURA DA AVALIAÇÃO EXTERNA E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ACCOUNTABILITY NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MARECHAL DEODORO/AL

Autor(a) Catarina Dos Santos Gouveia Vieira[1]
Coautor: Carlos Wilker Teixeira[2]
Coautor: Marília De Fatima Oliveira da Silva[3]
Coautor: Moaciara Souza De Barros[4]
Coautor: Rafaela Queiroz De Omena[5]
Orientador: Edson Timoteo De Souza[6]

INTRODUÇÃO

Com a redefinição do papel do Estado na década de 1990 e com a influência das políticas de *accountability* nas práticas de avaliação externas, o Estado passou a assumir o modelo de Avaliador como afirmam Schneider e Ribeiro (2020). O principal marco desta avaliação foi a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Em 1995, Saeb adota a Teoria de Resposta ao Item (TRI), preservados até hoje para obter maior comparabilidade segundo Glasser (2025). Neste sentido, a *accountability* educacional tornou-se recorrente por meio das mudanças ocorridas no Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Na aplicação empírica do termo *accountability* na educação básica brasileira foi efetivamente facilitada com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2027. Schneider (2019) afirma que esse indicador passou a atribuir metas bianuais às escolas públicas, sendo sua aferição baseada no desempenho dos estudantes nos exames do SAEB.

Sendo assim, a consolidação da cultura de avaliação externa no Brasil, especialmente a partir da implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Índice de

[1] Especialista do Curso de Gestão Escolar e Coordenação Pedagogica CESMAC - AL, catarinavieira470@gmail.com;
[2] Especialista pelo Curso de Metodologia Do Ensino De Biologia E Quimica Centro Universitário Internacional - PR, carloswtjp@gmail.com;
[3]Especialista pelo Curso de Gestão Escolar e Coordenação Pedagogica CESMAC - AL, marilia_olliver@hotmail.com;
[4] Especialista do Curso em Formação Docente Para Ensino Das Ciências Humanas Aplicadas À Educação Basica da Universidade Federal - AL, moabarr@hotmail.com;
[5] Especialista pelo Curso de Praticas Pedagogicas Centro Universitário Cidade Verde - PR, omenarafaela06@gmail.com;
[6] Professor orientador: Especialista, CESMAC - AL, edsonespanhol@hotmail.com.

Desenvolvimento da Educação Básica, tem provocado mudanças significativas na organização e gestão das escolas públicas de acordo com Glasser (2025). Esses instrumentos passaram a orientar políticas educacionais baseadas em resultados como afirma Cruz (2022), fortalecendo a lógica da *accountability*, entendida como responsabilização e prestação de contas dos atores escolares.

No município de Marechal Deodoro/AL, observa-se a incorporação progressiva desses indicadores como mecanismos de monitoramento da qualidade da educação. Contudo, emergem tensões entre o uso desses dados como ferramentas de melhoria pedagógica e sua utilização como instrumentos de controle e responsabilização de ensino e aprendizagem.

Diante desse cenário, coloca-se a seguinte problemática: Como a cultura da avaliação externa influencia a construção e a implementação de políticas de accountability nas escolas públicas de Marechal Deodoro/AL, e em que medida esses processos impactam as práticas pedagógicas?

A partir dessa questão central, desdobram-se outras indagações: De que forma os resultados do SAEB e do IDEB são apropriados pelas escolas? A accountability tem se configurado como instrumento formativo ou meramente regulatório? Quais são os impactos dessa política na autonomia docente e na prática pedagógica? Essa problemática se justifica pela necessidade de compreender se a lógica avaliativa tem contribuído efetivamente para a melhoria da qualidade educacional ou se tem reforçado práticas de responsabilização superficial.

Neste sentido, a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentando-se em procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender como a cultura da avaliação externa tem influenciado a construção da política de accountability nas escolas públicas de Marechal Deodoro/ AL.

A pesquisa bibliográfica constitui a base teórica do estudo, sendo desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas como artigos científicos, dissertações e teses que abordam as temáticas da avaliação educacional em larga escala, políticas de responsabilização *accountability* e gestão educacional. Esse levantamento permite situar o debate no campo das políticas públicas educacionais, bem como compreender as diferentes concepções e implicações da cultura avaliativa no contexto escolar.

Paralelamente, realizou-se a pesquisa documental, utilizando-se de fontes primárias, tais como legislações educacionais, documentos oficiais do Ministério da Educação, diretrizes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), relatórios institucionais, planos municipais

ISSN: 2358-8829

de educação, além de documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Marechal Deodoro. A pesquisa documental permite o acesso a informações que ainda não passou por uma análise crítica, contribuindo para a compreensão do contexto histórico, político e administrativo no qual se insere a política de accountability.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com a concepção de trazer transparência a gestão pública e responsabilidade para os gestores públicos por seus atos, como afirma Oliveira (2020), o termo accountability tem sido visto como um conjunto normativo para avaliar agentes públicos e responsabilizá-los pelos resultados, aplicando sanções ou recompensas e como uma política de regulação por resultados (Schneider; Nardi, 2015). Segundo Moroy e Voisin (2013 apud Broadfoot 2000,p 886):

> Primeiramente, trata-se da identificação e da mensuração do desempenho do sistema educacional em relação às metas previamente acordadas. Em segundo lugar, de uma resposta dada pelas instituições de ensino, por meio de mecanismos de controle destinados a identificar qualquer diferença entre as metas e os resultados.

Assim, a accountability educacional reflete as reformas do Estado ocorrida em 1990, tendo como marco legal a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDEN -9.394/96), a implementação do Saeb e do Ideb. Este sistema político educacional, é influenciado por reformas ocorridas na Europa, principalmente na Inglaterra e no País de Gales na década de 1980 (Moroy; Voisin, 2013).

Conceito de Accountability Educacional

Segundo aponta Oliveira (2020, p.21), “A accountability, conforme concebida no âmbito da gestão pública, foi justificada como um mecanismo voltado à promoção da transparência administrativa, possibilitando à sociedade acompanhar e fiscalizar as ações do poder público”. Nesse contexto, a tradução mais utilizada para definir accountability é prestação de contas ou responsabilidade com a finalidade de controle de resultados segundo aponta Felipe (2021). Esse controle realizado pelo Estado ocorre por meio das avaliações de larga escala com o discurso de prestar contas sobre a qualidade da educação para a sociedade (Schneider, 2019).

Relação entre Estado, Gestão Escolar e Responsabilidade

Com a redefinição do papel do Estado na década de 1990 e a implementação das avaliações externas, as práticas educativas nas escolas são norteadas por grupos políticos que

ISSN: 2358-8829

defendem suas ideologias presentes na sociedade e refletem nas concepções políticas educacionais no "chão" da escola (Silva; Carvalho, 2021).

Essa Reforma Estatal tem seu marco legal com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado tendo como objetivo "*reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público*" (Brasil, 1995. p,7). Com isso, a política educacional de accountability vem adquirindo maior consistência, inclusive:

> Como parte do discurso político-ideológico que anuncia preocupação com a qualidade dos serviços públicos, o uso da accountability na educação vem adquirindo maior consistência. Porém, neste setor, tem sido privilegiada a associação entre accountability e os procedimentos de avaliação vincados em testes padronizados, com ampla divulgação dos resultados. Nesses casos, como parte de um ascendente processo de responsabilização das escolas e professores pelos resultados produzidos, é tendente o estabelecimento de padrões de desempenho e a aplicação de sanções ou recompensas (segundo Schneider e Nardi (2015, p.63).

Uma das principais responsabilidades atribuídas aos gestores escolares sob a política de accountability é o monitoramento constante do desempenho dos alunos e a adoção de estratégias eficazes para alcançar as metas.

A Cultura da avaliação externa nas escolas públicas

Trazendo um apanhado histórico das avaliações externas nas escolas públicas brasileiras, encontramos a criação do Saeb[7]. Por meio deste sistema de avaliação, o Estado passa a fiscalizar a qualidade da educação básica brasileira.

Com isso, a primeira edição do Saeb em 1990 buscou avaliar uma amostra de escolas públicas (Inep,2023), como o primeiro passo de outros vindouros (Felipe, 2021). Em 1993 ocorre a divulgação do Plano Decenal de Educação, onde previa a ações de desenvolvimento e aplicação do novo Sistema de Avaliação da Educação Básica para as demais escolas brasileiras (Neto, 2007). Desde então, o Saeb tem expandido sua metodologia com:

> 1993 - Possibilidade de aprimoramentos: A segunda edição do Saeb repete o formato da avaliação-piloto e permite um aprimoramento dos processos.
> 1995 - Nova metodologia: É adotada uma nova metodologia de construção do teste e análise de resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Dessa forma, passou a ser possível comparar os resultados das avaliações ao longo do tempo [...].
> 1997 – Matrizes de referência: os itens para os testes cognitivos da avaliação passam a ser elaborados a partir de matriz de referência própria. A análise do

[7] Criado na gestão do ex-presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), tendo como antecessor o ex-presidente José Sarney (1985-1990) e como sucessor o ex-presidente Itamar Franco (1992-1995).

> desempenho dos alunos na avaliação foi realizada por meio dos níveis das escalas de proficiência[...].
> 2001 - Novo foco: O Saeb passa a aplicar testes apenas de língua portuguesa e matemática e são adotadas novas matrizes de referência (Inep, 2023, n/p).

Impacto na organização pedagógica e curricular

Para fiscalizar mais incisivamente as repercussões de suas políticas nas escolas, o Estado Avaliador instituiu, no ano de 2007[8], uma nova interface na avaliação em larga escala: a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb configura-se como um sistema de ranqueamento da performatividade das escolas (Silva, 2024). Conforme afirma o Inep (Brasil, 2023):

> O novo formato, lançado na edição anterior, permite ao Inep combinar as médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, e calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No ranqueamento articulado pelo Ideb, as escolas que mais corresponderem às exigências avaliativas, alcançam as maiores colocações e em vitude disso são bonificadas, enquanto aquelas que menos corresponderem à proposta ficam nos últimos lugares sendo penalizadas (Silva; Carvalho, 2021).

Através da instauração dessa cultura, os gestores escolares acabam sendo continuamente pressionados a cumprir metas estabelecidas por políticas de accountability. No entanto, essa pressão pode levar a uma priorização dos indicadores quantitativos em detrimento de uma educação mais centrada no desenvolvimento integral dos alunos. De acordo com Vieira (2024) essa priorização, pode comprometer a formação integral dos alunos, já que outros aspectos importantes da educação, como o desenvolvimento crítico e a formação cidadã, podem ser negligenciados.

Essa cultura, reflete nas práticas docentes e interfere no currículo das escolas a fim de obter os resultados propostos pela avaliação (Silva; Carvalho, 2021) e com eles fiscalizar a implementação dessas políticas nas configurações escolares e, indiretamente, nas comunidades em que elas estão inseridas.

Segundo Bonamino e Sousa (2012) essa fragmentação do currículo ocorre quando os professores concentram sua prática exclusivamente em resolução de tópicos que serão avaliados

[8] Sob gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), tendo como antecessor o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e como sucessora a presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

e quando se prioriza um assunto, outros deixam de ser considerados. À vista disso, essa configuração acaba desconsiderando aspectos importantes do currículo, incluindo o caráter social (Silva; carvalho, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Implementação Da Política Educacional De Accountability Em Marechal Deodoro/Al

As políticas de responsabilização oriundas das práticas de accountability são frequentemente compreendidas como mecanismos voltados à melhoria da qualidade da educação (Silva, 2024). Por isso, o histórico dessas políticas educacionais foi se inserindo gradualmente no cenário educativo nacional e consequentemente nos cenários estaduais e municipais das escolas brasileiras (Brooke; Cunha, 2011).

Nesse aparato, no estado das Alagoas, com a instauração do governo de José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (MDB)[9], deu-se início ao processo de consolidação do novo modelo gerencial na educação alagoana, por meio de políticas de accountability, fundamentadas no discurso de modernização da gestão educacional e de enfrentamento das desigualdades e dos baixos indicadores educacionais.

Com o propósito de intensificar a implementação do plano de reconfiguração na educação alagoana, em 2017 é criado o Programa Educacional Escola 10, instituído no ano seguinte através da Lei Estadual nº 8.048/2018 como aponta Santos (2022, p.4):

> O Programa Escola 10 é uma política do estado de Alagoas, que promove acordos de cooperação entre os municípios alagoanos através da assinatura de termo de adesão e que tem reforçado a responsabilização dos profissionais da educação por alcance de metas através de avaliações oficiais e prestação de contas do seu trabalho.

Esse programa consolidou como uma política pública estadual, tendo adesão dos 102 municípios alagoanos. Implementando uma integração das redes estadual e municipais de ensino criando um pacto pela educação, dentre eles o município de Marechal Deodoro/AL.

À vista disso, o município de Marechal Deodoro também iniciou a implementação da política educacional de accountability no governo de Cláudio Roberto Ayres da Costa[10] (PSDB/MDB) com a criação da Lei nº 1.252, de 22 de outubro de 2018 com o intuito de

[9] Tendo como antecessor Teotônio Vilela Filho (PDSB) de 2007-2014 e como sucessor Paulo Dantas (MDB) de 2022-2024.

[10] Tendo como antecessor o Ex-Prefeito Cristiano Matheus da Silva e Sousa (MDB) de 2009 a 2016 e com sucessor o Prefeito André Luiz Barros da Silva (MDB) de 2025 ao presente momento.

ISSN: 2358-8829

bonificar os profissionais da educação por mérito de desempenho das escolas que obtiveram maiores resultados no Ideb, de acordo com os Artigos 2º e 3º da lei:

> Art. 2°. O Programa Valorização do Mérito consiste na instituição de uma bonificação a cada dois anos por resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB Nacional Público, aos servidores lotados nas escolas da rede municipal com os melhores resultados individuais na Prova Brasil. [...] Art. 3º. O programa de que trata esta lei terá como finalidade incentivar e fomentar o desenvolvimento do ensino municipal, com o objetivo de que a rede de ensino atinja patamares progressivos e ascendentes no resultado da avaliação dos alunos, na melhora da qualidade da educação básica local, valorizando os profissionais da rede de ensino e estimulando a busca pela melhoria contínua do desempenho dos alunos e da gestão das unidades escolares.

A partir dos dados disponibilizados pelo portal eletrônico da Secretaria Municipal de Educação de Marechal Deodoro, constata-se a vigência do Programa Marechal Supera Ideb, iniciativa orientada à elevação dos índices de qualidade educacional no âmbito local. A estrutura programaticamente formulada abrange dimensões estratégicas fundamentais, destacando-se: o reforço escolar direcionado, centrado na oferta de aulas especializadas e no fornecimento de material didático específico para os estudantes das turmas de transição (5º e 9º anos); as políticas de correção de fluxo escolar, voltadas à mitigação da distorção idade-série; e o acompanhamento sistemático do rendimento acadêmico, viabilizado pela atuação direta de equipes de gestão técnica junto às unidades de ensino do município.

Essas ações estão atreladas ao pacto de adesão ao Programa Escola 10, que segundo Santos (2022, p.13):

> Dentre os compromissos pactuados com os municípios alagoanos estão: aumentar o nível de proficiência dos estudantes, garantindo aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática (metas individuais), aumentar a taxa de aprovação (mínimo de 95%), aumentar a taxa de participação de estudantes na Prova Brasil (>90%), reduzir a taxa de abandono (<5%), reduzir a taxa de distorção idade x série (<5%), garantir o cumprimento do IDEB proposto pela SEDUC.

Consequência dos resultados

Os resultados do Ideb têm produzido múltiplos desdobramentos no cenário educacional brasileiro, sobretudo no fortalecimento das políticas de avaliação em larga escala, monitoramento institucional e accountability educacional, acontecendo o mesmo em Marechal Deodoro/AL.

No município de Marechal Deodoro, esses resultados passaram a ocupar posição estratégica na formulação das ações da rede municipal de ensino, influenciando diretamente os processos de gestão escolar, o estabelecimento de metas de desempenho e as práticas pedagógicas orientadas pela lógica da responsabilização por resultados.

Nesse contexto, o Ideb consolida-se não apenas como indicador de qualidade educacional, mas também como instrumento de regulação e controle das políticas públicas educacionais. Com isso, podemos observar a relação entre o Programa Escola 10, Marechal Supera Ideb e as políticas de accountability nos resultados divulgados pelo site Qedu:

Figura 1

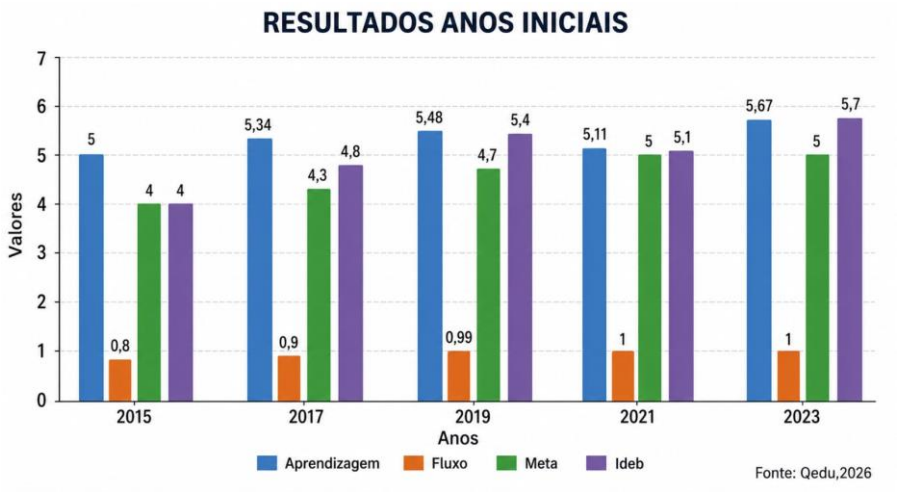
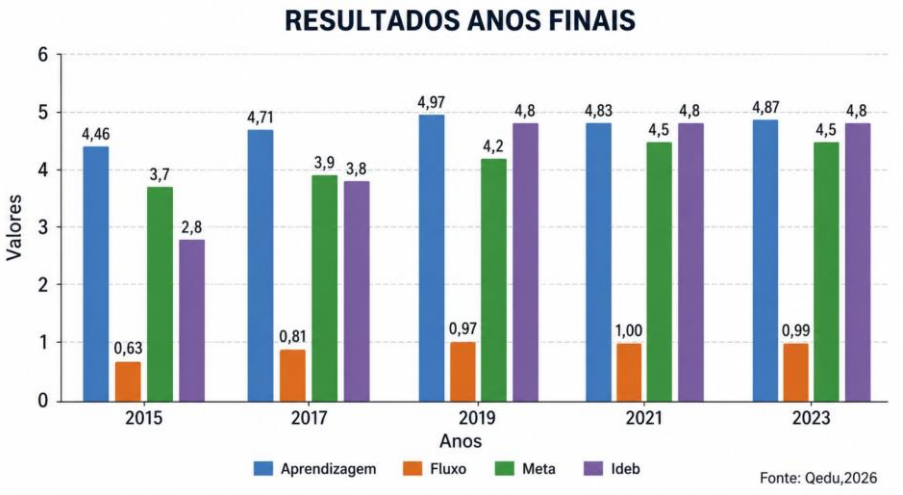


Figura 2



Diante disso, uma série de medidas foram desencadeadas nas políticas educacionais do município de Marechal Deodoro/AL, reconfigurando os projetos políticos pedagógicos e as estruturações políticas, pedagógicas e educacionais das escolas deodorenses. Silva (2024, p. 11), explica esse processo discorrendo que “as avaliações em larga escala vão gradualmente

tomando a centralidade da educação e adaptando toda a configuração das escolas às projeções político-pedagógicas do Estado", construindo uma nova cultura: a cultura da avaliação externa.

Com a ascensão dessa cultura, as escolas do município de Marechal Deodoro/AL, assim como as demais escolas públicas brasileiras, demonstram a associação dos indicadores de qualidade às avaliações externas periódicas e uniformizadas, reconfigurando s escolas e suas práticas para se alinharem às exigências dessa cultura avaliativa e aos objetivos daqueles que a construiu.

Bonificação das escolas que correspondem ao sistema

Um dos mecanismos da Accountability é a bonificação. Seguindo esta política educacional, Marechal Deodoro cria a Lei Municipal nº 1.252, de 22 de outubro de 2018, para a bonificação de servidores lotados nas escolas que alcançaram a meta. Observando os gráficos abaixo, podemos comparar o impacto dessa lei nos índices de 2015[11] e 2017[12] nas escolas que foram bonificadas.

Figura 3

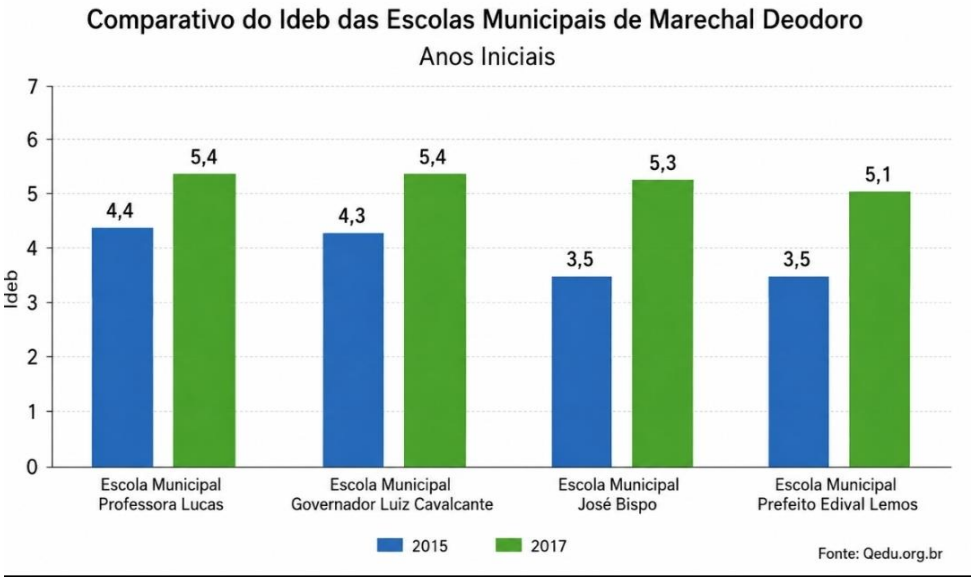
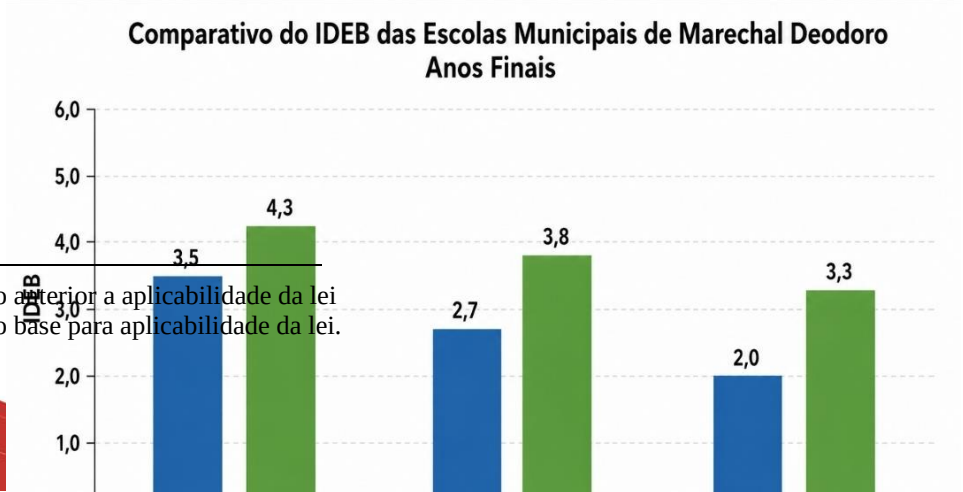


Figura 4



[11] Ano anterior a aplicabilidade da lei
[12] Ano base para aplicabilidade da lei.

ISSN: 2358-8829

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica exercem impactos significativos sobre as escolas que não conseguem alcançar as metas estabelecidas. Além de evidenciarem fragilidades relacionadas ao desempenho dos estudantes e às taxas de fluxo escolar, esses resultados podem repercutir no planejamento pedagógico, na gestão educacional e na percepção da comunidade escolar acerca da qualidade do ensino ofertado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a cultura das avaliações externas tem exercido influência significativa na construção e na implementação das políticas de *accountability* nas escolas públicas de Marechal Deodoro/AL, contribuindo para a consolidação de uma lógica de gestão educacional orientada por metas, indicadores e mecanismos de monitoramento e responsabilização. Nesse contexto, a expansão das avaliações em larga escala, especialmente por meio do Saeb e do Ideb, fortalece o papel do Estado Avaliador e influencia diretamente a organização das políticas educacionais e das práticas escolares.

No âmbito municipal, programas como o Escola 10 e o Marechal Supera IDEB expressam a incorporação dessa lógica à gestão educacional, por meio do acompanhamento da aprendizagem, do estabelecimento de metas e da valorização do desempenho nos indicadores educacionais. Embora essas iniciativas sejam justificadas pela busca da melhoria da qualidade do ensino, seus desdobramentos evidenciam tensões entre o alcance dos resultados estabelecidos e a autonomia das instituições escolares na definição de suas prioridades pedagógicas.

Diante disso, destaca-se a necessidade de ampliar o debate sobre os limites e as potencialidades das políticas de *accountability*, de modo que os mecanismos de avaliação e acompanhamento educacional não se restrinjam ao cumprimento de metas e à responsabilização dos profissionais da educação. Torna-se fundamental valorizar os processos de ensino e aprendizagem, a participação da comunidade escolar, a autonomia pedagógica e as

especificidades dos contextos educacionais. Assim, a construção de uma educação pública democrática, inclusiva e socialmente referenciada pressupõe uma concepção de qualidade que ultrapasse os indicadores de desempenho e contemple a formação integral, crítica e cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, Michel; MATTOS, Kélli; NETO, Luiz Tolentino**. Avaliações externas e em larga escala e os organismos internacionais: da accountability educacional à cultura da performatividade.** Revista Lusófona de Educação, 56, 2022.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reformada Reforma do Aparelho do Estado do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

BROOKE, Nigel. **O Futuro das Políticas de Responsabilização Educacional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados.** Estudos & Pesquisas Educacionais – n. 2, novembro 2011 – Fundação Victor Civita – São Paulo.

CRUZ, Gabriela Teles Meira. **Sistema De Avaliação Da Educação Básica No Brasil E As Políticas Públicas Educacionais.** Conedu – VII Congresso Nacional de Educação, 2022..

FILIPE, Fabiana Alvarenga. **O Projeto De Lei De Responsabilidade Educacional (Pl 7420/2006) E Accountability Na Educação Brasileira: Aparentes Possibilidades e Reais Intencionalidades.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro,2021.

GAJARDO, Marcela; PURYEAR, Jeffrey. Prefácio. In: CORVALÁN, Javier; MCMEEKIN, Robert**. Accountability educacional: posibilidades y desafíos para América Latina a partir de la experiencia internacional.** Santiago: CIDE; PREAL, 2006.

MARECHAL DEODORO (AL). Lei nº 1.252, de 22 de outubro de 2018**. Institui o Programa de Valorização do Mérito, no âmbito das Escolas de Ensino Fundamental Regular da Rede Pública Municipal De Ensino De Marechal Deodoro**. Prefeitura Municipal De Marechal Deodoro - Gabinete do Prefeito.

MAROY, Christian; VOISIN, Annelise. **As Transformações Recentes Das Políticas De Accountability Na Educação: Desafios E Incidências Das Ferramentas De Ação Pública.** Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 881-901, jul.-set. 2013.

NETO, João Luiz Horta. **Um olhar retrospectivo sobre a avaliação no Brasil: das primeiras mediações em educação ate o Saeb de 2005.** Revista Iberoamericana de Educação (ISSN: 1681-5653) nº42/5- 25 de abril de 2027.

OLIVEIRA, Anete Nunes Martins de. **Accountability Nas Políticas Educacionais A Partir Dos Anos De 1990: Controle E Regulação Da Educação No Contexto Do Estado**

Avaliador. Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus Cascavel) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,2023.

OLIVEIRA, Claudius Vinicius Souza. **Accountability E Políticas De Responsabilização Na Realidade Educacional No Tocantins: Tensionamento Entre As Perspectivas Neoliberal E Democrática.** Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins-Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação,2020.

SANTOS, Karla de Oliveira. **Accountability, Políticas De Avaliação Em Larga Escala E Programa Escola 10 Na Educação Alagoana.** https://www.coloquioeducon.com/hub/anais/381-accountability- 23/05/2026, 20:19

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Tessituras intergovernamentais das políticas de accountability educacional**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 43, p. 162-186, jan./mar. 2017.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. **Accountability em Educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-Avaliador?** ETD – Educ. Temat. Digit. Campinas, SP v.17 n.1 p.58-74 jan./abr.2015 ISSN 1676-2592.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; RIBEIRO, Elina Renilde De Oliveira. **Contornos do Estado Avaliador no Brasil**. Estud. Aval. Educ., São Paulo, v. 31, n. 78, p. 723-741, set./dez. 2020, ISSN 0103-6831, e-ISSN 1984-932X.

SILVA, Givanildo da; CARVALHO, Dayane Queiroz dos Santos. **A cultura da avaliação e da responsabilização nas reformas educacionais pós-1990.** Educação em Foco, ano 24, n. 44 – set./dez. 2021 – p. 397-421 | e-ISSN-2317-0093 | Belo Horizonte (MG).

SILVA, Givanildo da; PRADO, Edna Cristina do; SANTOS, Inalda Maria dos. PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima**. A política nacional de avaliação da educação básica e suas interferências na escola pública.** ECCOM, v. 14, n. 27, jan./jun. 2023

SILVA, Matheus Vieira da. **A cultura da avaliação e sua repercussão na escola pública.** 2024, 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.